

**CONSELHO MUNICIPAL DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA
DE SANTOS**

LEI DE CRIAÇÃO Nº 2.482 DE 24/09/2007

ATA DO CONSELHO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA DE SANTOS

Aos vinte e sete de fevereiro 2014, os membros do Conselho de Emprego, Trabalho e Renda de Santos, identificados na lista de presença anexa, se reuniram às nove horas na Casa de Participação Comunitária, na Rua Rei Alberto I, n. 119, Santos/SP. O Sr. Leandro Machado solicitou à Sra. Eugenia que secretariasse os trabalhos em virtude de compromisso profissional que lhe dificultará a elaboração da ata, com o que a mesma concordou. A Sra. Niedja de Andrade e Silva Forte dos Santos, presidente na Gestão 2014, abriu a reunião convidando o Sr. Sérgio Luiz dos Santos Tutui, para realizar uma apresentação sobre Setor Pesqueiro em Santos e destacou os seguintes pontos no seu currículo: graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos UFSCAR, mestre e doutor em zoologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, revisor de vários periódicos científicos nacionais e estrangeiros sobre o tema da pesca e pesquisador científico do Instituto de Pesca. O Sr. Sérgio agradeceu a apresentação e fez questão de destacar dois pontos essenciais que não constavam do curriculum, o fato de ser filho e neto de pescadores. Ele deu início a sua apresentação informando que ela abrangeria três tópicos: abordagem histórica, situação atual e possíveis perspectivas para o setor pesqueiro. Na abordagem histórica destacou que a pesca começou na pré-história, há mais de 5000 anos e no início da colonização brasileira os índios já praticavam a captura de peixes. A pesca como a conhecemos hoje porém, começou com a migração do século XIX, quando portugueses vieram para Santa Catarina e alguns deles ficaram em Santos, dando início a formação da cultura caíçara. Eram pessoas que se tiravam seu sustento da pesca além da agricultura. Nesse período começou a se consolidar a região do Mercado Municipal. No início do Século XX, ocorreu a migração japonesa, com os imigrantes chegando para trabalhar nas fazendas do interior. Muitos deles não se adaptaram e voltaram para o litoral, e dessa forma no final da década de 20 fica caracterizada uma segunda onda de fortalecimento do setor pesqueiro. Na década de 30 foi criada a primeira empresa de pesca do e a primeira embarcação movida a diesel. Na década de 40, com a Segunda Guerra Mundial houve um retrocesso do setor pesqueiro, sendo os recursos de investimento que eram obtidos pelos japoneses desviados para outras atividades. Na década de 50 houve o retorno dos japoneses para a pesca, com a utilização de barcos profissionais, mais tecnologia e melhor infraestrutura. Em 1951 é criado o primeiro sindicato de pesca, em 1953 é criada a primeira cooperativa de pesca (Nipo-Brasileira) e em 1958 é inaugurado o Terminal Pesqueiro de Santos (TPS). A partir daí veio uma década de grande alavancagem do setor pesqueiro. Na década de 60 o governo federal reconheceu a pesca como atividade econômica. Em 1962 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca- SUDEPE, responsável pelo fomento da atividade pesqueira. Santos se destaca pela grande infraestrutura do setor, perdendo apenas para o Rio de Janeiro. Surge como o principal porto pesqueiro do Brasil. De 1964 a 1966 o governo lançou inúmeras linhas de crédito. Na Baixada Santista surgem outras atividades além da captura e venda do pescado, como a salga e o congelamento. É o período de ouro da pesca, com diversificação dos pescados, como o camarão rosa - para exportação para os Estados Unidos, a sardinha - para o parque industrial (enlatadores) e o atum -para consumo interno e externo. O setor começou a contar com mais incentivos e ficou mais bem estruturado, com barcos maiores, mais equipamentos e aumento da pesca industrial em relação a pesca artesanal. A década de 70 foi de fomento e a década de 80 foi a das crises. Em 1985 ocorreu o auge da produção pesqueira no Brasil. Porém, posteriormente, nunca mais o país conseguiu atingir esse patamar. A partir da década de 80 ocorreram a crise de produção e a institucional e durante essa década começaram os questionamentos ambientais. Em 1989 a SUDEPE foi extinta e foi criado o IBAMA, o que marcou uma mudança de foco. Enquanto a SUDEPE tinha o foco na expansão da atividade pesqueira, o IBAMA foi criado com o foco de preservação, conservação. Há uma contradição entre atividade pesqueira e preservação. A atividade pesqueira, mesmo a artesanal, é uma atividade econômica que utiliza recursos naturais. Há um conflito entre esses aspectos e a busca do equilíbrio é o grande desafio a ser conquistado. A crise que surgiu foi multifacetada, pois com as mudanças nas políticas houve um recesso do setor pesqueiro e queda de produtividade. Com o antigo órgão desacreditado e o novo órgão contrário à atividade industrial e com a redução das políticas de fomento federais, o desenvolvimento do setor ficou mais dependente das políticas estaduais. Na região sul/sudeste os principais produtores do setor são Rio Grande do Sul com grande produtividade, porém sem aptidão para a pesca. Grande parte da sua produção é vendida para fora do estado. Em Santa Catarina, com a presença forte dos açorianos a pesca é importante e valorizada. São Paulo não tinha foco na pesca e sim no café, na cana, indústria automobilística, etc. e no Rio de Janeiro com forte colonização portuguesa, a vocação para a atividade pesqueira se manteve. Na ausência do incentivo da Federação, a criação de políticas por ação Estadual é que norteou os avanços do setor. Assim, no Rio Grande do Sul caiu a atividade. Em Santa Catarina se

manteve e no Rio de Janeiro surgiram novas políticas e dessa forma muitos dos pescadores de São Paulo migraram para esses dois estados. O Sr. Armando questionou porque apenas esses 4 estados foram considerados na abordagem já que nosso litoral é tão grande e o Sr. Sérgio destacou que estava focando nos recursos pesqueiros da região sul e sudeste, onde há licença de pesca para a região da Baixada Santista, do Rio de Janeiro até Porto Alegre. O Pará é o maior estado pesqueiro, porém a abordagem é para a região onde há licença de pesca. A Sra. Niedja perguntou sobre a influência das plataformas de petróleo para o setor e o Sr. Sérgio destacou que elas dificultaram do ponto de vista da produção, já que aumentou o limite de ação dos pescadores, porém do ponto de vista ambiental não houve impacto, sendo até positivo em algumas regiões, pois os limites aumentaram a possibilidade de reprodução de peixes. Dando continuidade à apresentação, o Sr. Sérgio ressaltou a década de 90 como a de desestruturação do setor pesqueiro na região da Baixada Santista, com a desinstalação do Terminal Pesqueiro de Santos, a falência da Cooperativa de Pesca Atlântica a quase falência da cooperativa Nipo Brasileira. Em 1998 mudou novamente a política federal para o setor e a pesca saiu do IBAMA e foi para o Ministério da Agricultura, porém numa escala hierárquica muito baixa. Foi criada uma crise entre IBAMA e Ministério devida à contradição entre meio ambiente e atividade pesqueira. Pesca, diferente de agricultura, tem um viés muito forte conservacionista, daí os conflitos. Em 2003 foi criada a Secretaria de Pesca e Agricultura pelo Governo Federal, com intuito de estar numa secretaria neutra e em 2009 foi transformada em Ministério. A crise de 1990 só foi superada pelos estados que tinham vocação para a pesca, como já foi dito, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Dando continuidade o Sr. Sérgio passou a falar sobre o que fazer de agora em diante. Para fazer gestão é preciso saber quem pesca, o que pesca e quanto pesca. A desestruturação que ocorreu no setor levou também a perda do entendimento sobre o setor pesqueiro. Houve um pulverização que dificultou o controle e a informação. São Paulo ainda é o estado que melhor tem esse controle. O Instituto de Pesca é de 1942 e é a instituição mais antiga do país a tratar do tema. Informações estatísticas sobre o setor apenas São Paulo e Santa Catarina possuem. Os demais dispõem apenas de estimativas. Pior do que eliminar as empresas, foi a desestruturação da cadeia do setor. Profissionais de carpintaria naval, pintura e manutenção naval, mecânica de motores, eletricitas de embarcação, todos migraram para outros setores econômicos. Os artesanais ficaram, mas ficou muito difícil para eles manterem a atividade pela falta dos demais profissionais da cadeia. A Sra. Luci fez referência ao fato de as Marinas também terem atrapalhado o setor de pesca. O Sr. Sérgio destacou que o pescado é um bem da União, a qual licencia os produtores para que possam trabalhar. Porém, o cooperativismo de pesca nunca deu certo no país, porque se um pesca o seu vizinho não pesca. Há uma competição não só de mercado, mas também de produção. Além disso também há uma grande competição entre a pesca industrial e a pesca artesanal, maior problema da região. A arte (e o grande desafio) é o compartilhamento do espaço para que todos possam trabalhar. Outro ponto destacado é que no Estado de São Paulo a política de Meio Ambiente é muito forte o que afeta a pesca. Em 2009 todo o litoral de São Paulo se tornou área de preservação ambiental. O Sr. Badú (Settport) questionou se está difícil a recuperação do Terminal em Santos. O Sr. Sérgio respondeu que Santa Catarina e Rio de Janeiro tem abatimento de tributos que São Paulo não contempla. São Paulo é o grande consumidor de pescado. Esse pescado é importado do exterior e comprado de outros estados do país. É mais barato trazer de outros estados, por causa dos impostos de São Paulo. A Sra. Rosana perguntou sobre a questão dos trabalhadores da região. O Sr. Sérgio informou que a quantidade de pescadores tem diminuído muito e a idade média tem aumentado. Os jovens não vão para a pesca. Os marceneiros navais estão em extinção e assim as demais atividades ligadas à cadeia. Tudo se reduziu. A Sra. Luci comentou que com a Embraport a pesca artesanal sofreu um grande impacto. O Sr. Armando perguntou porque o SENAI extinguiu os cursos de Marceneiro Naval e o convidado Sr. Fernando comentou que não há demanda e muitos cursos são oferecidos na região de Itajaí para onde houve migração e profissionais. O Sr. Gilson tomou a palavra e comentou que o Conselho quer que o Setor de Pesca seja desenvolvido e gostaria de saber o que o Conselho precisa fazer para que a pesca seja fortalecida na região, que seja uma política efetiva dentro de Santos. Se não estiver na pauta do município vamos inserir a discussão nessa pauta, senão não adianta termos essa apresentação sobre o setor. O Sr. Adilson pediu a palavra para ressaltar que foi importante traçar esse histórico e conhecer melhor as características do setor. Se o Mercado de São Paulo capital consome muito pescado isso é positivo, é um ponto favorável. Dá suporte para cobrar uma política estadual para pesca, o fomento e a retomada da política pesqueira. Continuou dizendo que o grande consumo é argumento para voltarem os incentivos fiscais para que as empresas possam retomar suas atividades, e os profissionais da cadeia voltarem a Santos e também para fortalecer a pesca artesanal. O Sr. Valter destacou que houve um conflito na produção. A produção chegou a tal ponto no caso da sardinha que chegamos a ter adubo de peixe. A produção desenfreada levou a termos várias fábricas de adubo. É importante a proteção andar junto com a produção. Veio a tecnologia e os barcos não deixavam nem as sardinhas chegarem à tona. É necessário discutir incentivos para os armadores, mas também para as tripulações. Em Santa Catarina os barcos penaram por falta de tripulação. Todos foram para os rebocadores, migraram para oportunidades da Petrobrás. Não temos mais estaleiros em Vicente de Carvalho. Tínhamos mais de 10 estaleiros. O SENAI não forma mais carpintaria naval por que não há onde trabalhar. Hoje falta até mão de obra para o conserto de redes. Só os antigos sabem fazer. Junto com o meio ambiente já melhoraram o camarão rosa e a sardinha. Agente vê o que foi a pesca e a diminuição

nesse contexto global. A Sra. Luci concordou com o que o Sr. Gilson tinha proposto de haver um encaminhamento por parte do Conselho sobre o assunto. Que o conselho delibere sobre esse encaminhamento. Saber quem é o responsável pelo setor e o que o conselho vai fazer. A Sra. Niedja, presidente do conselho, ressaltou que o Sr. Sérgio ainda tinha que concluir sua apresentação e que posteriormente seria discutidos os encaminhamentos. O Sr. Sérgio abordou o que fazer daqui pra frente ressaltando que era a visão dele sobre o assunto. O peixe pescado é alimento. Não podemos pensar em como melhorar os setor pensando em melhorar o processo de peixe pescado e sim, como pescar menos, pescar melhor e com melhor qualidade. Extrativismo não vai matar a fome. A tilápia é que vai fazer isso que é peixe criado e não pescado. Da mesma forma que a relação entre o frango caipira e o de granja, camarão sete barbas e o cinza, o javali e o porco criado, a relação entre peixe pescado e criado terá que ser revista. Enquanto a sociedade não tiver esse entendimento de que são produtos diferentes não dá pra trabalhar rentabilidade. É preciso identificar qual a vocação do município de Santos. Não é produção, é prestação de serviços. A atividade pesqueira só vai ser alavancada pela prestação de serviço. Montar estrutura de prestação de serviço atrelada a uma estrutura fiscal (estadual e municipal) para que os barcos descarreguem aqui e seja feita a distribuição. Se as questões tributárias compensam trazer de fora, é preciso estruturar a prestação de serviços do município e os incentivos estaduais. Quanto à pesca artesanal, ela hoje só existe em Caruara, Ilha Diana e Monte Cabirão. Há um conflito muito intenso com outras ações. Dá muito mais dinheiro eles serem guias de pesca esportiva do que pescar. Isso porém não é simples. E preciso capacitação, preparo desses pescadores para atuarem dessa outra forma. Utilizar os próprios serviços naturais sem afetar o meio ambiente e sim atuando junto. Muitas pessoas vem de fora para pescar na cidade. Essa é a vocação do município – a prestação de serviços. Um outro ponto destacado pelo Sr. Sérgio é a aquicultura. Ele ressaltou que não vê Santos em condições de desenvolver a aquicultura adequada para consumo humano. Porém é possível criar camarão para pesca esportiva. Muita coisa pode ser conduzida pelo executivo municipal. Todos os empreendimentos portuários tiveram que apresentar propostas de compensação, porém não há um plano integrado. Se houvesse um plano e as compensações pudessem ser direcionadas, seria melhor e mais efetivo. O que se poderia dizer para o executivo é que os planos atuais para pesca artesanal são desconexos. O Sr. Valter comentou que o governo municipal é que tem que atuar nas estruturas portuárias como compensação principalmente para pesca artesanal. O município não tinha nenhum recurso para discutir esse assunto. A Lei de ocupação de solo vai permitir essa discussão. O Sr. Armando perguntou para quais órgãos devíamos oficializar os encaminhamentos. A Sra. Luci sugeriu a Comissão de Pesca da Câmara. O Sr. Armando propôs uma reunião com eles para ter algum desdobramento. O Sr. Adilson sugeriu que o Instituto de Pesca fornecesse dados para justificar/embasar tecnicamente uma solicitação do conselho de mais ações para a Pesca. Fazer uma solicitação fundamentada. O Sr. Sergio recomendou acessar o site www.pesca.sp.gov.br no qual há dados sobre produção pesqueira de Santos e região e também colocou os técnicos do Instituto de Pesca, órgão público, para obtenção de mais informação. O sr. Gilson propôs fazer ofício para o executivo e gostaria que o Instituto assinasse com o conselho para solicitar ações para viabilizar a pesca no estado. O Sr. Sergio destacou que colocou a sua opinião e que seria interessante ouvir outros atores como o Comitê de Pesca, o Roberto Imai da CIESP e o presidente da Câmara Sadao que é de família de pescadores. A Sra. Luci sugeriu enviar o ofício para o executivo e para a Câmara legislativa, via Comitê de Pesca. A Sra. Niedja agradeceu a participação do Sr. Sergio Luiz dos Santos Tutui pela excelente apresentação e grande contribuição e pediu ao conselho a deliberação sobre os próximos passos. A Sra. Luci sugeriu ver quem são os responsáveis pelo setor na prefeitura e na Câmara e o Sr. Gilson reforçou o encaminhamento de ofício aos responsáveis, solicitando desenvolver Programa de Pesca Santista. A Sra. Niedja então confirmou que todos estando de acordo será encaminhado ofício ao executivo e ao legislativo sobre o tema. O Sr. Gilson informou que precisava se retirar por outro compromisso já agendado e a presidente, Sra. Niedja, solicitou que aguardasse apenas a apresentação do Plano de Trabalho 2014 que ela está propondo para o Conselho de Emprego, Trabalho e Renda. A Sra. Niedja deu então início a apresentação do plano de trabalho conforme detalhado abaixo:

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO COEMPREGO PREVISTAS NO REGIMENTO INTERNO	Diagnóstico	Ação	Responsável	Prazo
Aprovar o Regimento Interno do Conselho	Regimento extenso, com disposições que não se aplicam ao Conselho de Santos.	- Propor um projeto de lei para alteração da Lei Municipal 2.482/2007 que dispõe sobre o Conselho de Emprego;	Niedja	Abril/2014
		- Realizar revisão ampla do Regimento Interno do Conselho de Emprego		Abril/2014
	Lei Municipal 2.482/2007 desatualizada e com	- Atualizar o site do Conselho de Emprego no Portal dos Conselhos da Prefeitura de Santos		Fevereiro/2014

	previsões que cabem ao Regimento e não à Lei.	- Elaborar a Cartilha Orientativa do Conselho de Emprego, Trabalho e Renda de Santos para direcionamento dos conselheiros e disponibilização no Portal dos Conselhos		Fevereiro/ 2014
Propor medidas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural	Inexistência de ações estruturadas do Conselho de Emprego	- Divulgação das vagas de emprego nos meios de comunicação das entidades sindicais - Apresentações mensais sobre as vagas de qualificação em andamento no município e vagas a serem ofertadas, para que os Sindicatos possam realizar a divulgação e colaborar no processo de identificação de alunos	Sindicatos da Bancada de Trabalhadores e Membros da Bancada patronal Eugenia	Todos os meses Todos os meses
Articular-se com instituições acadêmicas e de pesquisa com vista à obtenção de subsídios para orientação de suas ações	Ausência de relacionamento estabelecido entre o Conselho de Emprego e as Universidades da Região	- Convite às Universidades para apresentações ao Conselho de Emprego. Foco das apresentações: cursos oferecidos, estudos sobre empregabilidade na região e possibilidade de realização de pesquisas sobre o mercado de trabalho em Santos (algo como um Observatório do Trabalho)	Niedja e Eugenia	Agosto/ 2014
Articular-se com instituições de formação profissional e escolas técnicas na busca de parceria para qualificação	Ausência de relacionamento estabelecido entre o Conselho de Emprego e as principais escolas de educação profissional de Santos	- Convite ao SENAI, ao SENAT, ao SENAC e ao Centro Paula Souza (ETEC e FATEC) para apresentação ao Conselho sobre os cursos oferecidos, possibilidades de gratuidade e esclarecimento sobre a sistemática de decisão sobre os cursos a serem oferecidos nas escolas	Niedja e Eugenia	Setembro/ 2014
Interagir com outras comissões de emprego municipais e estaduais objetivando a integração do sistema.	Ausência de relacionamento estabelecido entre o Conselho de Emprego e as principais escolas de educação profissional de Santos	- Realização de reunião conjunta do Conselho de Emprego com o Conselho Sindical de Santos - Contato com Conselho de Emprego de Cubatão para participação em reuniões do Conselho de Santos - Contato com Conselho de Emprego de Cubatão para participação em reuniões do Conselho de Santos - Contato com Conselho de Emprego de Praia Grande para participação em reuniões do Conselho de Santos	Adilson Gilson Gilson Gilson	Maio/ 2014 Maio/ 2014 Junho/ 2014 Julho/ 2014
Acompanhar os trabalhos do Centro Público de Emprego e Trabalho de Santos, propondo medidas para seu aperfeiçoamento	Sistemática estabelecida de acompanhamento mensal dos indicadores do Centro Público de Emprego e Trabalho	- Manter o acompanhamento mensal dos indicadores do CPET nas reuniões do Conselho - Apresentar mensalmente os indicadores do PAT de Santos - Apresentar mensalmente os indicadores do Centro de Solidariedade do Trabalhador	Rosana Armando Gilson	Todos os meses Março/ 2014 Março/ 2014
Elaborar o Plano de Trabalho com objetivos de qualificação no município para envio à Comissão Estadual de Emprego	Plano de Trabalho não realizado em 2013	- Apresentação dos dados de emprego e desemprego do CAGED e sugestão de cursos (com CBO) a serem realizados no Município	Eugenia	Abril/ 2014
Indicar áreas e setores prioritários para alocação de recursos no âmbito dos programas de Geração de Emprego e Renda	O Conselho de Emprego tem colaborado nas decisões sobre cursos de qualificação a serem oferecidos no município	- Apresentação dos dados de emprego e desemprego do CAGED e sugestão de setores com perspectiva de desenvolvimento no município para que o Conselho defina as áreas prioritárias e as faça constar em ata, a qual poderá servir de documento junto aos Ministérios para fins de alocação de recursos. - Convites aos representantes dos setores definidos para que compareçam ao Conselho de Emprego a fim de realizarem apresentações	Eugenia	Abril/ 2014

No item que se refere a apresentação das Universidades para o Conselho, a Sra. Rosana sugeriu que seria interessante que elas apresentassem os cursos oferecidos, a quantidade de vagas ofertadas e o embasamento para essas ofertas. A Sra. Niedja aprovou a ideia e sugeriu passar um roteiro as universidades para que elas apresentem aquilo que o Conselho tiver interesse em conhecer. A convidada,

Sra. Luci, sugeriu contemplar a questão do EJA no Plano de Trabalho pois a formação impacta muito as possibilidades de qualificação. O Sr. Leandro se ofereceu para fazer contato com o Diretor do Senai, Sr. Getúlio, no item referente a trazer o Sistema S para fazer apresentações ao Conselho. No item que se refere a integração com os demais conselhos, foi sugerido incluir São Vicente, Guarujá e Cubatão. O Sr. Armando comentou em relação ao item sobre apresentação dos indicadores do PAT, que não existe mais PAT no Estado. A Sra. Rosana comentou que o atendimento continua dentro do Poupa Tempo e Sr. Armando reforçou que não ocorre mais e que ele não tem mais acesso a esses dados. A Sra. Niedja então propôs e foi aprovado enviar ofício à Secretaria Estadual de Relações do Trabalho, para saber quem pode apresentar os dados do PAT de Santos. O Sr. Armando indicou que deveria ser enviado o ofício ao Sr. Wagner Leite, a rua Boa Vista, 270, 2º andar em São Paulo. Em relação ao item elaboração de plano de trabalho para qualificação, a Sra. Luci comentou que era importante que os prazos fossem mais respeitados pelo MTE. O Sr. Adilson comentou que o trabalho que está proposto é justamente de estarmos mais preparados para quando vier a solicitação já termos discutido o assunto e podermos nos posicionar. Dando continuidade, a presidente passou a palavra à Sra. Eugenia Salgado Granja, Coordenadora de Requalificação Profissional da Prefeitura de Santos, para que a mesma apresente o andamento das ações de Qualificação Profissional. A Sra. Eugenia deu início a apresentação de relatório sobre as vagas de qualificação oferecidas gratuitamente para os munícipes de Santos em janeiro e fevereiro/2014. Durante o mês de janeiro/2014 foram oferecidas 60 vagas na Unidade Móvel de Instrumentação Industrial do Via Rápida Emprego nas seguintes modalidades:

Manutenção de Válvulas de Controle	20
Instrumentação Básica	20
Calibração Básica de Instrumentos Industriais	20

Também foram ofertadas por meio do PRONATEC Técnico do SENAI 17 vagas do Técnico de Eletrônica e 32 vagas de Técnico Rede de Computadores, num total de 49. Ainda em Janeiro a Secretaria de Ação Social e parreira com a Pro-Viver e o SENAI ofertou 30 vagas de Panificação Industrial e em parceria com o Educandário Santista no Salão Autoestima, mais 60 vagas, sendo 40 para o curso de Cabeleireiro e 20 para manicure. No mês de fevereiro foram ofertados pelo PRONATEC FIC via SENAI cursos nas seguintes modalidades:

Almoxarife	31
Arrumador e Conferente de Carga	60
Assistente de Despachante Aduaneiro	20
Auxiliar administrativo	38
Estivador	33
Instalador de Refrigeração de Climatização Doméstica	10
Mestre de Obras	20
Modelista	30
Operador de Terminais Portuários	117
Eletricista de Automóveis	16
Mecânico de Sistema de Freios, Suspensão e Direção de Veículos Leves	16
Mecânico de Motores Ciclo Otto	16
Mecânico de Motor de Popa	10
Soldador no Processo TIG em aço	23
Total	440

Já pelo PRONATEC Formação Inicial e Continuada - FIC via SENAT foram oferecidas 60 vagas para Arrumador e Conferente de Carga e 60 vagas para Assistente de Logística Portuária. Dessas vagas, 50% são para cursos realizados pelo SENAT na sede da Regional da Zona Noroeste, visando facilitar o acesso dos moradores da cidade a essas oportunidades.

Ainda foram oferecidas vagas pelo PRONATEC via SENAC nas seguintes modalidades:

Auxiliar Administrativo	20
Almoxarife	30

Organizador de Eventos	20
Camareira em Meios de Hospedagem	20
Total	90

No mês de fevereiro também foram oferecidas 120 vagas dentro do Projeto Amelinha, sendo 72 para o curso de Corte e Costura Básico e 48 para Corte e Costura Aperfeiçoamento e 48 para o Curso Escola Cidade Sustentável do Projeto Juventude e Trabalho, parceria da OSCIP Agenda Pública e Petrobrás. A coordenadora destacou que foram oferecidas no total neste dois primeiros meses do ano 1029 vagas de qualificação profissional:

PRONATEC SENAI (FIC + TÉCNICO)	489
PRONATEC SENAC FIC	90
PRONATEC SENAT	120
VIA RÁPIDA EMPREGO UNIDADE MÓVEL - INSTRUMENTAÇÃO	60
PROJETO JUVENTUDE E TRABALHO	48
SALÃO AUTO ESTIMA	60
PROJETO PRO VIVER – SEAS - SENAI	30
PROJETO AMELINHA	120
TOTAL	1017

Também aproveitou para adiantar que para os meses de março e abril/2014, estão previstos cursos do PRONATEC FIC e Técnico realizados via SENAI, SENAT, SENAC, UNIMONTE, Escolástica Rosa e Aristóteles Ferreira, Cursos do Fundos Social de Solidariedade, Cursos do Via Rápida Emprego, Inglês e várias modalidades dos cursos da Gratuidade SENAI nas Escolas Remotas e outras iniciativas da SEAS, e ressaltou que mensalmente, em cada reunião do COEMPREGO serão apresentados os dados dos cursos realizados. Também informou que os cursos do Pronatec Trabalhador: Ministério do Trabalho e Emprego – e do Pronatec do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior continuam aguardando aprovação do MEC – Ministério da Educação. Na sequência a Sra. Niedja concedeu a palavra à Sra., Rosana Spinucci Lara para apresentação do relatório mensal do Centro Público de Emprego e Trabalho de Santos. A Sra. Rosana iniciou apresentando o resultado geral de 2013:

INDICADOR	Meta MTE (2013)	Meta MTE (mensal)	Resultado Santos 2013	Total
Trabalhadores inscritos IMO	1.482	124	29.159	
Vagas captadas IMO	739	62	2.096	
Trabalhadores encaminhados IMO	246	21	1.196	
Requerimentos do SD	348	29	5.476	
Emissão de CTPS	-x-	-x-	3.141	
Orientação para processo seletivo	-x-	-x-	758	

Apresentou também os dados de atendimento em 2013 dos CPET Itinerante, que chegou a 360 atendimentos na Zona Noroeste, 300 atendimentos nos Morros e 30 atendimentos no Caruara. Na sequência a servidora passou a apresentar os dados relativos ao período de relativo ao período de 01.1.2014 a 31.01.2014:

SERVIÇOS	META DO MTE (ANO)	META DO MTE (Projeção mensal)	RESULTADO – janeiro 2014
Trabalhadores inscritos	19.707	1642	520
Vagas captadas	9.852	821	1464
Colocações	3.285	274	125
Seguro-desemprego	4.736	395	272
Emissão de CTPS	Não há (serviço adicional)		933
Orientação – processo de seleção	Não há (serviço adicional)		173

A servidora municipal também apresentou dados de atendimento nos Postos Avançados do CPET na Zona Noroeste e Morros, que tiveram respectivamente 28 e 24 atendimentos. No Caruara houve apenas 1 atendimento. A Presidente do Conselho, Sra. Niedja, tomou a palavra para fazer a apresentação do levantamento de quórum das bancadas do Conselho Municipal do Emprego Trabalho e Renda nas reuniões dos anos de 2012, 2013 e 2014, conforme demonstram os quadros abaixo:

2012						
BANCADA	20/Ago	27/Ago	10/Set	01/Out	17/Out	Total 2012
Governo	6	11	8	5	5	35
Trabalhadores	4	5	3	3	1	16
Patronal	1	1	2	4	3	11

Em relação aos dados de 2012 a presidente esclareceu que foram computadas as informações referentes aos meses que tinham as atas registradas nos arquivos da Casa dos Conselhos. Com os dados disponíveis, verificamos que a bancada do governo tem uma participação de 56% no total de participações nas reuniões de 2012, a bancada dos trabalhadores participou com 26% do total e a bancada patronal com 18% do total.

2013													
BANCADA	16 Jan	20 Fev	24 Abr	16 Mai	19 Jun	18 Jul	21 Ago	29 Ago	19 Set	23 Out	21 Nov	18 Dez	Total 2013
Governo	9	9	6	5	6	4	5	6	6	9	4	6	83
Trabalhadores	3	1	2	1	2	2	4	3	2	5	2	3	30
Patronal	4	2	0	1	2	2	2	3	3	2	2	1	24

Em 2013, a participação da bancada do governo nas reuniões representou 61% do total de presenças, ficando a bancada dos trabalhadores com 22% e bancada patronal com 18%.

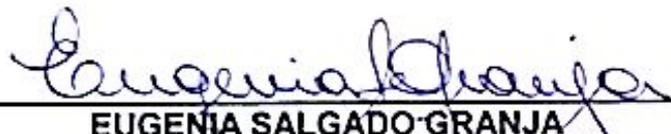
2014		
BANCADAS	15 Jan	Total do participações em 2012
Governo	8	8
Trabalhadores	2	2
Patronal	1	1

Finalmente, a Sra. Niedja comentou que em 2014, na primeira reunião, 73% dos presentes eram da bancada do governo, 18% dos trabalhadores e 9% da bancada patronal. Apurado o total dos três anos, o resultado demonstra que 63% dos participantes eram da bancada do governo, 22% da bancada dos trabalhadores e 15% da bancada patronal. A presidente comentou que considerando o artigo 10, § 1º do Regimento do Conselho o representante que se ausentar por 3 vezes consecutivas deverá ser substituído. Estão nessa situação os seguintes representantes: da bancada do governo: MTE; da Bancada dos Trabalhadores: NCST e Federação dos Hotéis; da Bancada Patronal a Federação dos Hotéis, Associação Comercial de Santos e Federação Transporte comercial de Carga. A Presidente propôs enviar ofício à essas entidades para que indiquem outros representantes. Os conselheiros consensaram que deveria ser enviado ofício notificando a entidade sobre a não participação de seus representantes nas reuniões e solicitando a manifestação da referida entidade sobre interesse ou não em continuar participando do Coemprego e, em caso positivo, a indicação de substituto. Finalizada a apresentação do relatório pela presidente, a reunião foi aberta para assuntos gerais. O Sr. Armando questionou os motivos pelos quais a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação não colaborou com efetivo e recursos, como o lanche para os atendentes na III Feira do Emprego realizada nos dias 17 e 18 de fevereiro no Mercado Municipal. A Sra. Niedja, membro da referida secretaria esclareceu que os servidores municipais têm o dever legal de cumprir sua rotina de trabalho no equipamento para o qual foram contratados, caso contrário a situação configura desvio de função e quanto a fornecer lanches ou ajuda financeira para a feira, a Sra. Niedja esclareceu que todo gasto da Prefeitura têm que estar previsto em lei orçamentária, visto se tratar de dinheiro público. Qualquer contribuição da Prefeitura com recursos humanos ou financeiros só poderia ocorrer caso houvesse convênio assinado com a Prefeitura de Santos. Estes fatos foram esclarecidos desde o início ao Sr. Imer, organizador do evento. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação colaborou na abertura de diálogo entre a organização do evento e a SECID – Secretaria de Cidadania, para que eles pudessem participar da feira oferecendo serviços de cidadania, o que efetivamente ocorreu. Ainda em assuntos gerais, a presidente consultou os membros do conselho sobre a proposta de convidar o Secretário de Turismo do município para apresentar na próxima reunião do COEMPREGO, a ser realizada em 27 de março de 2014, os preparativos para a Copa do Mundo, o que foi aprovado por todos. O Sr. Adilson convidou os presentes a participar do 1º Encontro dos Conselhos municipais do Estado de São Paulo, que acontecerá no dia 18 de março de 2014 em São Paulo. A Sra. Eugenia retransmitirá o convite a todos os conselheiros. A Sra. Niedja informou aos conselheiros que em virtude de suas férias, o Sr. Adilson, vice-presidente do Conselho presidirá os trabalhos da próxima assembleia ordinária, que se realizará em 27.03.2014. Também registramos o recebimento das justificativas de ausência do Sr. José dos Santos

Martins – Membro Suplente deste Conselho, representando o SOPESP e do Sr. Edmilson Cavalcante de Oliveira e do Sr. Antônio Victor da Silva da Federação dos Hotéis. Foi ratificada a ata da reunião anterior. Nada mais havendo a tratar, a presidente deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da ata por mim, Eugenia Salgado Granja, em razão de impedimento profissional do Secretário Executivo do Conselho de Emprego, Trabalho e Renda de Santos, o Sr. Leandro Machado, e que segue assinada pela presidente do Conselho de Emprego, Trabalho e Renda de Santos, Niedja de Andrade e Silva Forte dos Santos, no dia 27 de janeiro de 2014.



NIEDJA DE ANDRADE E SILVA FORTE DOS SANTOS
PRESIDENTE



EUGENIA SALGADO GRANJA
SECRETÁRIA EXECUTIVA EM EXERCÍCIO